

## RESENHAS

### CORPOS REAIS DESNUDOS

Airton José Cavenaghi\*

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Em que momento o Rei se torna o elemento representativo do Estado? Como a personificação de seu poder é absorvida pela sociedade de que faz parte?

O livro de Kantorowicz, escrito originalmente em 1957 com o título *The King's Two Bodies: a Study in Medieval Political Theology*, tenta responder a essas e a outras questões. Clássico da teoria política, mostra como a personificação do poder na figura do Rei se concretizou paralelamente ao desenvolvimento de toda uma mística religiosa.

O título, revelador quanto ao conteúdo da obra, é trabalhado sempre. O autor mostra que o nascimento do princípio da imutabilidade das leis concretiza-se pela mística dos dois corpos do Rei, o corpo físico e mortal do monarca e seu corpo imutável no tempo, o chamado *corpo político*, representado com imagens de espíritos e anjos sagrados (p. 24).

A evolução do conceito de personificação do monarca como absoluto resulta em um marco divisório para a histórica moderna. O aparecimento do absolutismo é assentado em uma mística que evolui paralelamente à interpretação dos textos religiosos do cristianismo. A idéia de que a Igreja é um Corpo Místico, cuja cabeça é Cristo, transfere-se da esfera teológica para o Estado, e o Rei representa essa cabeça. Tal processo de transferência é desencadeado pelos juristas medievais.

Apesar de estar centrada no estudo da realeza britânica e influenciada pelos escritos de Shakespeare, ao qual dedica um capítulo inteiro, a obra de Kantorowicz se universaliza, pois suas idéias podem ser empregadas com propriedade na análise de monarquias fora do âmbito inglês.

Para ele, o corpo do Rei é o receptáculo de um conjunto de idéias estruturadas com base em uma mentalidade coletiva, em parte construída na absorção de inúmeras vertentes reinterpretadas por um cotidiano literário e iconográfico. Justificar o Rei como elemento

central de um Estado parte da busca de uma idéia pré-concebida e já aceita. Assim, a figura de Cristo é automaticamente associada à do Rei. Tal fato, chamado de *crustomimétês* (p. 50), mostra o Rei personificado em Cristo.

Nessa passagem da obra, a análise histórica baseia-se nos escritos deixados por um “Anônimo Normando”, provavelmente um membro do clero, que no ano 1100 escreve uma série de tratados classificados por Kantorowicz como o “(...) expoente principal da teoria cristocêntrica da realeza (...)” (p. 58).

Nas análises dos materiais iconográficos, o autor demonstra sagacidade e sutileza. O textual histórico, que já era poderoso, ganha uma vitalidade extra, demonstrando um historiador envolvido, já em 1951, com uma nova abordagem de interpretação historiográfica.

Discutindo os *Evangelhos de Aachen*, cidade na qual Carlos Magno começou a construir o palácio de *Lateranense*, concluído entre os anos 900 e 1100, a representação iconográfica confirma a teoria cristocêntrica. Para Kantorowicz, “Coisas e circunstâncias difíceis de descrever em palavras são, por vezes, expressas de modo mais natural e sucinto por meio de uma fórmula iconográfica” (p. 67).

O autor relembra que a transformação do Rei no elemento central do governo é feita não de forma abrupta, mas de maneira a acompanhar a “(...) maioria das mudanças evolutivas da história (...)” (p. 75).

No capítulo “A realeza centrada na Lei”, o Rei já não é o *crustomimétês*. Entre aproximadamente os séculos XIII e XIV, nasce um novo padrão de *persona mixta*, a “(...) doutrina do Príncipe enquanto *lex animata* ou *lex viva* (...)” (p. 92). Para o autor, “A antiga idéia de realeza litúrgica pouco a pouco se dissolveu e deu lugar a um novo padrão de realeza centrada na esfera da Lei, que não carecia de seu próprio misticismo” (p. 124).

O Rei torna-se o *Corpus Mysticum*, ou “A realeza centrada no governo”, título do quinto capítulo. Nessa etapa, Kantorowicz discute como o Estado se apropriou de elementos religiosos para criar suas próprias representações políticas. Para o autor, há “Infinitas inter-relações entre Igreja e Estado, ativas em todos os séculos da Idade Média [que] produzem híbridos em ambos os campos” (p. 125).

Percebe-se, assim, uma Igreja que tem elementos de uma monarquia racional com base mística e um Estado místico com base racional. As representações e os símbolos adotados pelo governante são recriações dos elementos já consagrados pelo clero. Palavras como *pátria* e *mártir*, identificadas originalmente com os modelos adotados pela Igreja, são transmudadas para a ordem do Estado, na pessoa do príncipe: a morte em campo de batalha assume, nesse momento, um sentido místico (p. 159).

No capítulo “Sobre continuidade e corporações”, o sentido do Tempo é revisto e a continuidade da realeza se baseia nessa sua nova interpretação. O Tempo é visto como um

elemento dinâmico, fluente e vivificador de um “mundo sem fim”, influenciando a religião e os mecanismos de sustentação de um modelo de governo. O autor relembra que “(...) alguma mudança séria estava ocorrendo no domínio do Tempo e na relação do homem com o mesmo” (p. 171).

A discussão dessa característica do Tempo, por exemplo, sobrevive à época analisada por Kantorowicz, sendo encontrada, durante o século XVIII, no discurso do Padre Antônio Vieira, quando a história do futuro de Portugal é construída na análise dos feitos heróicos do passado do Reino. Passado, presente e futuro são fases de um mesmo cotidiano, contínuo e representativo dos feitos da Coroa.<sup>1</sup> Esse modelo de análise do Tempo é transferido para a pessoa do príncipe, “(...) uma pessoa mística por sucessão perpétua (...) resolvendo o complexo problema da perpetuidade da cabeça do corpo político. É nessa base e tendo em vista essa pluralidade corporativa por sucessão que se deve abordar o problema do Rei *que nunca morre*” (p. 192).

No capítulo “O Rei que nunca morre”, Kantorowicz mostra que a continuidade dinástica associa-se ao caráter corporativo da Coroa, em conjunto com a imortalidade da dignidade real. Na página 205, ele afirma que “A continuidade do corpo político completo – cabeça e membros em conjunto – era preservada por outra ficção, a da sempiternidade da Coroa”. A instituição representada pela Coroa deve durar para sempre, e, para tanto, estabelece-se a discussão da herança a ser deixada pelo Rei.

O monarca como indivíduo pode ter propriedades pessoais, mas este é diferenciado do monarca como Rei, que está associado à Coroa e ao reino e não pode deixar herança pessoal. Nessa etapa, estabelece-se o início da distinção entre o público e o privado, e tal mudança pode ser percebida no *De facto Art*, estabelecido em 1495 no reinado de Henrique VII (p. 225).

Nesse momento, a Coroa é vista como um “(...) corpo coletivo do reino” (p. 233), associada à Dignidade, que também é de natureza pública, e não meramente privada. Para discutir a simbologia criada para a representação da Dignidade, Kantorowicz novamente referencia os escritos de Shakespeare. Analisando a obra *Macbeth*, o autor mostra com detalhes essa representação. A Dignidade nunca morre, sendo percebida “(...) na procissão de fantasmas dos reis predecessores de Macbeth” (p. 235).

Kantorowicz, ainda discutindo a imagem do soberano e a preservação da Dignidade, desenvolve um interessante estudo numismático. O autor mostra que as esfinges das moedas em circulação eram usadas como poderosos elementos simbólicos de sustentação da continuidade monástica. Como exemplo, tem-se a utilização da mitológica Fênix, em 1603, em um medalhão cunhado por ocasião da morte da rainha Elisabeth, da Inglaterra.

No capítulo “A Natureza centrada em Dante”, o autor desenvolve um estudo da obra do poeta, no qual a realeza é centrada no Deus-Homem. Kantorowicz estuda a forma como Dante, no terceiro livro da *Monarquia*, tenta provar que o poder do Imperador deriva diretamente de Deus, sem nenhuma intervenção do Papa (p. 273). O poeta busca o Éden terrestre, no qual o inocente Adão representa a pureza do primeiro homem que centralizou o conceito de realeza. O Monarca tem seu poder dessa descendência, de uma evolução direta do primeiro homem, que, necessariamente, era uma criação de Deus (p. 299).

No Epílogo da obra, Kantorowicz retoma as principais discussões desenvolvidas, lembrando Francis Bacon, para quem o Rei é visto “(...) como ser mortal e, no entanto, imortal com relação à sua Dignidade e seu Corpo político” (p. 300). Ele volta às idéias do Anônimo Normando, da iconografia das moedas, e finaliza enfatizando: “Não obstante, portanto, certas similaridades com conceitos pagãos desvinculados, os *dois corpos do rei* constituem uma ramificação do pensamento teológico cristão e, conseqüentemente, permanece como marco da teologia política cristã” (p. 306).

Nessa obra, Kantorowicz faz uso de uma documentação historiográfica diferenciada, antes considerada secundária, como é o caso da iconografia. A historiografia produzida a partir de então ganha novos elementos críticos, inserindo-se no cotidiano de forma mais incisiva e intrinsecamente atrelada à realidade vivida pelos seus protagonistas. Kantorowicz torna-se, desde esse livro, um dos principais expoentes de um novo modelo de análise, o que garante lugar de destaque para o autor e o conjunto de seu trabalho nos anais da historiografia contemporânea.

## Notas

\* Doutorando do Departamento de História Social da FFLCH/USP e bolsista da Capes.

<sup>1</sup> Para maiores detalhes, ver: VIEIRA, Padre Antônio, *História do futuro: livro antepimeyro prologomeno a toda história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; materia, verdade, et utilidade da história do futuro*. Lisboa Occidental, Antonio Pedrozo Galram, 1718. Fac-sím: Belém, Secult/IOE/Prodepa, 1998.